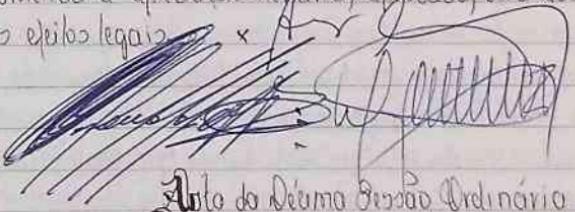


relata. Disse que perdera a eleição porque muitos vereadores estavam comprometidos, como Jairso, não sabendo mais quem falava a verdade ou mentira na hora. Em relação ao IPTU, disse ser preocupante a situação dos que residiam em bairros populares, pois o imposto era muito alto, lembrando Indicativo, de sua autoria sugerindo ao Prefeito diminuição do IPTU em suas comunidades, no caso, um valor simbólico. Falando sobre os vereadores que haviam votado a favor da Planta de Valores, disse que nenhum se levantara para defender os contribuintes mais humildes. Falou do vereador representante do bairro Farolí que foi humilhado pelo apresentador da Rádio Rio Branco, também se omitira no defesa de sua Comunidade, porque estava comprometido com o Governo, e como Jairso, e, fizesse tal afirmação, porque estava falando a verdade, era a verdade, no que encorrou sua fala. logo após, em discussão de Ordem, disse vereador Gino Góis de Figueiredo: "Festava de zelar por interesses do decreto de nº 006/95, que trata sobre taxa de denominação de uso público, porque há nos bairros dessa fasa, de que o nome desse Rio venga a ser Reservado Fazendallos". Respondendo a Questão de Ordem, disse o senhor Presidente Guy Silva da Rocha: "Vereador Gino Góis, a Ordem do Dia já foi concluída. Sua solicitação, quando chegar a próxima Comissão terá máximo prazer em conceder votos à sua oração, mas, no momento, a matéria já foi aprovada e encaminhada a Secretaria". Sendo mais havendo a falar, o Senhor Presidente encerrou o presente Sessão em nome de Deus & para constar, mandou que se ladesse a presente Acta, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.


 Acta da Sessão Ordinária do
 Sínodo Período Legislativo da Câmara
 Municipal de Rio Branco, realizada
 no dia vinte eito de março do ano
 de mil novecentos e noventa e cinco


 Às diferentes horas do dia vinte eito de março do ano
 de mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Guy Silva.

do Pachá e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Ruiz, Antônio de
Abel Góes reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Nela
disse responderam a chamado regimental os seguintes Vereadores: Aires Bessa de Si-
queredo, Eduardo Corrêa Vila, Ivan Ruiz de Araújo, Riaquim Schuhndt, Orlando da
Silva Freire. Não havendo número regimental, o Senhor Presidente suspendeu a
presente Sessão por quinze minutos. Funcionando os trabalhos, o Senhor Presi-
dente Vereador Ruiz Silva do Pachá soltou ao Senhor Primeiro Secretário, Ve-
reador Luiz Antônio de Abel Góes a chamada regimental. Além disso, responde-
ram a chamada regimental os seguintes Vereadores: Aires Bessa de Siqueredo,
Alfredo Luiz da Bocha Barreto, Ana Celio Matheus dos Santos Corrêa, Antônio Carlos
de Carvalho Cinrade, Carlos Roberto Neves dos Santos, Dirlei Ferreira da Silva,
Eduardo Corrêa Vila, Ivan Ruiz de Araújo, Riaquim Schuhndt, Orlando da Silva Frei-
re, Silas Rodrigues Bento e Waldir Abaurício de Aguiar Vile. Haviendo número regi-
mental, o Senhor Presidente declarou reaberta a presente Sessão em nome da
Fazenda, tram lidos e aprovados os seguintes Ofícios: Ofício da 105ª Sessão Ordinária
do Primeiro Período Legislativo e Ofício do 1º Sessão Ordinária do Primeiro
Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do voto
regimental soltou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Encaminhante que cons-
tava do seguinte: Ofício CAPRE nº 105/95, assunto: Encaminho os Balancetes do IAPAE/
referente aos meses de novembro e dezembro de 1994, para apreciação destas
Casa., Ofício CAPRE nº 106/95, assunto: Encaminho a Mbenzagem nº 006/95 para
apreciação desta Casa Legislativa., Ofício nº 21/95 - FERLAGOS, assunto: Encaminho
composição da direção da FERLAGOS e da Juventude de Filosofia, Binários e Letras
de Cabo Frio., Projeto de Lei nº 012/95 - Mbenzagem nº 006/95, assunto: Dispõe so-
bre formação do IPTU ao contribuinte com mais de vinte anos, apresentando ou-
pcionista, com renda mensal de até dois salários mínimos., Projeto de Lei
nº 008/95 - Festa Cívica, assunto: Institui a Divisão Cultural do Imagin,
bem e Sintos da Câmara Municipal de Cabo Frio., Requerimento nº 028/95 de aut-
oria do Vereador Waldir Abaurício de Aguiar Vile, assunto: Solicta ao Exmo. Sr.
Prefeito Municipal providenciar quanto a diminuição de graves danos ambientais na
localidade de Anomar - 2º Distrito de Samoriz., Requerimento nº 030/95 de
autoria do Vereador Luiz Antônio de Abel Góes, assunto: Solicta ao Presidente
do CEDAE, Dr. José Aburício Luma, extensão de rede de água e construção.

de uma estima pública no Brâncio Farani. Após o falecimento da Ordem do Dia, através do Síndico Primeiro Secretário, Síndicado Luiz Antônio de Melo Pochos, o Síndico Presidente, Síndicado Aury Silva do Rocha observou: "Senhores Síndicados, há uma tribunação a ser feita. Na Ordem do Dia, é o falar da Comissão de Libras e Serviços Públicos, ao Projeto de Lei nº 39194. O pedido de vista, não entro na Ordem do Dia, apenas é lido para encargo da Casa, não há votação. A seguir, o Síndico Presidente horas fez os trabalhos para a voz da Tribuna. Depois imediatamente a Tribuna, o Síndicado Aurélio Luiz do Porto Acrelho, do ST, e abordando o Projeto de Lei 39194, disse que iria fazer comentários quando de sua apreciação na Ordem do Dia. A seguir, falou sobre o momento vivido pelos profissionais da Educação, lembrando que era oriundo do Sindicato da categoria. Lembrando sobre o campanhão dos profissionais da Educação para redução do cargo horário em vinte por cento, e ainda, da paralização em rodízio das unidades de ensino do Município, por períodos de cinco e quatro horas, em quatro polos do Município. Registrando que o movimento faria um ato público marcado para o dia 31 do mês de março, em verso, com concentração na Praça Porto Acre. Convocou a todos que com muita justiça, cobravam dos professores uma posição a respeito da situação da Educação em Cabo Frio. Falou do autoritarismo com que os mentores do Executivo tratavam os profissionais da Educação, notadamente o SEPE, distanciando o Secretário Municipal de Educação, acompanhado do Colégio 31 de março. Disse que o Secretário Municipal de Educação, em todos os momentos procurou enfraquecer o movimento dos profissionais. Observou, que no Governo São Paulo havia contestado pelos profissionais da Educação, haviam sido conquistadas de maneira, três licenças sindicais e após a quarta licença sindical, mostrando a união e o esforçamento da categoria. Adiantou, disse que uma das primeiras ações do Secretário Municipal de Educação, Professor Eliélio da Silveira, fora entar as licenças sindicais, deixando apenas um companheiro com licença sindical. Disse que tal ato immobilizaria por completo a questão da mobilização da categoria. Observou que de tal forma, todos os atos oriundos do Governo, não haviam tido a participação dos professores, lembrando a criação das cinco horas, da mesma forma a determinação do grupo que seria remunerado no condicão de professor de Olhos, e da mesma forma outras medidas, dando assim a vários tempos muros que nunca haviam sido da Diretoria do SEPE. Disse que outras afirma-

eram levianos, afirmativos de quem não tinha conhecimento de causa, pois a equipe da professora Sílvia não era integrada por professores com passagem pelo Niretaria do Sindicato da categoria. Ghimou, que muitos professores já haviam abandonado a Secretaria de Educação, reconhecendo o erro de terem abandonado o movimento. Ainda com relação ao ensino, disse que tudo tinha que ser conquistado na pressão, lembrando que a Lei de Diretrizes da Educação exigia haver quatro anos para ser votada em Brasília. Falou do compromisso assinado pelo Prefeito José Bonifácio, estação denominada "Mais de quinze mil profissionais da Educação", nada fora cumprido. Enquanto disser que o movimento da categoria estava ressurgindo com força, lamentando a forma truculenta, antiquada e conservadora, como o Prefeito José Bonifácio tratava os profissionais. Entafuzou que "o Poder Público" salarial não era responsável pela proposta enviada pelo Executivo Legislativo, pois não foi aprovada pela entidade, era apenas do Senhor Prefeito, e não reflectia qualquer tipo de acordo entre sindicatos e o Executivo. Falou do bobagem, da eranace da Secretaria Municipal de Educação, deixa-la na mão encantando nos folhos os nomes dos profissionais que haviam aderido a campanha de paralização de vinte e quatro horas, e que era também uma forma autoritária e a mesmo tempo infantil e ingênuas, de tratar assunto tão sério, um direito de trabalhador. Ghimou que a Educação Pública estava falida, que os jovens não estudavam, eram enganados, e assim a questão do Ensino tinha que ser tratada, com seriedade e não com autoritarismo, com listas publicadas em jornais com nomes de professores que estavam participando do movimento. Considerou um verdadeiro absurdo as listas publicadas, e enfatizando, disse que os que tiveram os nomes publicados eram profissionais dignos, pois tinham a coragem de encarar a questão da Educação de frente, e, que jamais iriam se curvar a práticas autoritárias. A seguir, procedeu a leitura de ofício da Repúdio a Secretaria de Educação, mandada publicar pela categoria, e ainda, que o Professor Sílvia deu a explicação, pois quando iniciara seu mandato não havia a dignidade juntamente com seus companheiros de se desligarem dos quadros do Estado e continuaram a receber salários sem atuarem na Escola Pública. Reiterou que era um absurdo, que tais pessoas não podiam corrigir ninguém, por

que não tinham moral, recebiam individualmente, não informava o Estado ou não, mas dos efeitos Públicos. Quando com relações aos dois anos do Governo José Bonifácio, disse que a opinião pública ainda temia conhecimento de muitos abusos praticados em tal período. Referiu-se ao episódio ocorrido no Escalo Estadual 31 de Março, tendo sido provocado por grupos estudantis que reclamavam o valor da carteira escolar cobrado, entre outras, dando em dia após fechado era hinclo entregar e em Belo Horizonte, setenta centavos. Disse que se havia cumprido Professor Ángelo, dirigente da Escola Estadual Cabo Branco, e imediatamente, após reunião, apóstolo por motivo de fôrte, imponitoriamente a Professoras Escolar. Perguntando, disse que lamentavelmente a fôrte lo ainda se chamava 31 de Março, de muitas imbranças, e, ficou surpreso quando um grupo de Professores manifestara solidariedade à Direção da Escola fazendo greve de um dia exigindo que os alunos que haviam faltado por seu motivo, fossem punidos. disse que os fatos mencionados tinham que ser apurados, e se o 31 de Março quizesse colocar para questões em uma de mais um fôrte tão grave, alguém tinha que tomar uma atitude e, assim qualquer cidadão tinha instrumento para tal, no que encorrou sua fala. E seguir como último orador inserido, ouviu a Tribuna o Senador Vicente Ferreira da Silva do PTB, que iniciou sua fala, observou faltarem suvenientes e hinclo e uns dias para que o parlamento municipal voltasse a votar. Fom relatório ao relato do Senador Alfonso Lopes Rocha Barreto, quanto a ário de Educação, disse o orador que o caso era fruto do autoritarismo de um governo que no campanha política fizera inúmeros promessas e nada cumprira. afirmou que o movimento de revolta do professorado era justo e que merecia o apoio e a solidariedade de todos o Vereador comunicou que no próximo sessão estaria apresentando relatório de Repúdio as atitudes autoritárias e arbitrárias do Senhor Secretário Municipal de Educação. Salvo de sua satisfação ao ver iniciada no Paço do Sessão em breve Mensagem do Executivo Municipal, respondendo sobre renúncia do IPTU, a oposição dos e pensionistas, considerando ser uma vitória da Câmara, lembrando fato de sua autoria no mesmo teor, e por pura verdade, por arrogância, em favor aos seus Senadores para que sua iniciativa fosse rejeitada, por logo a seguir mandaria outro Projeto para que ficasse identificado sua paternidade de. disse que iria refazer seu Projeto e após aprovação do texto do Executivo

iria buscar atender aos trabalhadores com renda mensal de até dois salários mínimos, grande maioria do Município de Cabo Frio, e, como faz consta tudo, não recebia qualquer tipo de serviço do Poder Público Municipal. Falou sobre projetos em hamiltonas na Praia, altamente prejudicial aos pescadores de Búzios, e, não batendo o monopólio do transporte coletivo em Cabo Frio agora queria criar o monopólio no mar. Disse que não era outro caminho para solucionar a questão, se não, o projeto do texto integralmente, porquê emendas eram possíveis, e a seguir encerrou sua fala. Só havendo mais oradores inscritos para uso da tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos para o Ordem do Dia. E, de imediato prorrogou a fala do "Parecer de Vistos" do Senador Nílton Firmino da Silva, contrário à aprovação do Projeto de Lei 039/94. Após, em Questão de Ordem, disse o Senador Airton Bezerra de Figueiredo: "Senhor Presidente. Como nós fazemos parte do Comissão de Constituição e Justiça, e o Projeto em referência passou pelo Comissão sem a nossa avaliação, nosso presidente tem o Projeto em mãos, e pode constatar que não tem nessa sua natureza, apontaria de pedir "vistos" do processo à Mesa Diretiva. Em atenção à Questão de Ordem, elizo o Senhor Presidente: "Realmente o Senador Airton Bezerra de Figueiredo não faz parte no ano passado, nem da Comissão de Constituição e Justiça, e nem de Obras Públicas. Ele que o Presidente deferiu o seu pedido de "vistos" por uns dias. Vamos também comunicar a Casa que tendo em vista, que o presente Projeto de Lei também fala em áreas públicas, dada a divergência de pontos de visto nisto falso, já ouvimos vários Vereadores, até o Parecer de Vistos, recentemente analisado pelo Senador Nílton Firmino da Silva. Ele elogia o Projeto como de boa qualidade, embora seja ressalvado bem forte quanto aos interesses dos pescadores. O presente Projeto de Lei, além de ser a Comissão de Obras Públicas, traz também de passar pelo encontro da Comissão de Finanças e Orçamento. Chamou a atenção do Presidente, para a Presidência ter primar propriedade, até acatando um anti projeto de reforma do Regimento Interno, do Senador Gilrônio Souza da Rocha Soárez. Autor do Projeto não estando presente, o Projeto não irá a Pauta. (uma propriedade firmada). Só vamos analisar. O Senador Antônio Carlos Firmino da Cunha, comentando muitos, não contentando a também muitos, mas ele é um Vereador do 3º Distrito, oriundo do 3º Distrito. Trata-se de

58

um Projeto específico do 3º Ofício. Assim, não parece justo o Presidente, que não apreciou nem a presença do autor, que representa mais do que nós o 3º Ofício. No entanto, visto que a reformulação do Regimento Interno passa a ser urgente e imediatamente implementada. O requer, o Senhor Presidente encaminhou para a Comissão de Poderes, Legislação e Justiça o Projeto de Lei nº 018/95 - Encargos Extrativistas nº 008/95 e o Projeto de Resolução nº 008/95 - Abreva Extrativista. O requer foram aprovados os Requerimentos nº 028/95 e 030/95. O requer, o Senhor Presidente de acordo com o Artigo 31 do Regimento Interno designou o Senador Waldyr Aburto de Aguiar Neto Relator Especial para dar parecer nos seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 012/93, 020/94 e 042/94 e Projeto de Lei nº 018/93, 069/93, 003/94, 038/94 e 042/94. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, manda que se lave esse o presente Ata, que depois de lida, submetida à aprovação Plenária, aprovado, será encaminhado para que produza efeitos legais.

~~10.000~~

Ata da Sessão Plenária Sessão Ordinária do Plenário Período Legislativo do 6º mandato Municipal de Cabo Frio, realizada no dia trinta de março do ano de mil novecentos e noventa e cinco.

As dezessete horas do dia trinta de março do ano de mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Guyr Silva da Rocha e com a participação da Primeira Secretaria pelo Vereador Luiz Antônio de Melo Sohos, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Não havendo Vereadores para respondê-la a chamada regimental, o Senhor Presidente suspendeu a presente Sessão por quinze minutos. Juntoando os habeatibus, o Senhor Presidente Vidente Guyr Silva da Rocha solicitou ao Senhor Plenário Sustituto Vereador Luiz Antônio de Melo Sohos a chamada regimental. Além desse, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Alfredo Luiz da Rocha Bombo, Eduardo César Kla, e Almando da Silva Góes. Não havendo número regimental, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, manda que se lave essa a presente Ata, que depois